

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 466 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 3,3% em relação ao exercício de 2018. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 4,5% ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes, o que também fez com que a CPFL Santa Cruz, em 2019, fosse eleita pelo Prêmio Abradee, na categoria de Melhor Responsabilidade Socioambiental de distribuidoras com até 500 mil consumidores.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando

os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020<sup>1</sup>. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

## **Tarifas de energia elétrica**

---

<sup>1</sup> Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

### **Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2019:**

Em 20 de março de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 2.522, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 13,70%, sendo 2,02% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 11,68% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 13,31% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 1,12% e da Parcela B de 0,90%. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de março de 2019.

## **3. Desempenho operacional**

**Cientes:** a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2019 com 466 mil clientes, com aumento de 9 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

### **Vendas de energia**

Em 2019, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.333 GWh, um aumento de 3,3% (75 GWh) em relação a 2018.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 50,6% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 4,5% e 4,4%, respectivamente, refletindo efeitos de temperaturas mais altas em 2019 em relação à 2018;
- **Classe Industrial:** redução de 5,3%, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

**Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

### **Qualidade dos serviços prestados**

**Atendimento ao cliente:** a CPFL Santa Cruz obteve, em 2019, os Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 81,3%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE. O índice foi superior à média nacional de 70,3%

**Fornecimento de energia:** A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2019, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,56 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,25 vezes, entre os menores do setor.

## **4. Desempenho econômico-financeiro**

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 1.756 milhões em 2019, representando um aumento de 4,5% (R\$ 75 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 8,9% (R\$ 108 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 40,5% (R\$ 46 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) de 12,7% (R\$ 25 milhões) em outras receitas; e (iv) de 27,5% (R\$ 17 milhões) no suprimento de energia elétrica. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 121 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 535 milhões em 2019, representando uma redução de 7,0% (R\$ 40 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.221 milhões em 2019, representando um aumento de 10,5% (R\$ 116 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

| <i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i> |                |                |
|--|----------------|----------------|
|  | 2019           | 2018           |
| <b>Lucro Líquido</b>                                   | <b>101.228</b> | <b>81.191</b>  |
| Amortização  | 50.816         | 45.437         |
| Resultado Financeiro                                   | 10.556         | 14.015         |
| Contribuição Social                                    | 12.046         | 9.243          |
| Imposto de Renda                                       | 33.343         | 24.455         |
| <b>EBITDA</b>  | <b>207.989</b> | <b>174.341</b> |

Em 2019, a Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 208 milhões, representando um aumento de 19,3% (R\$ 34 milhões), devido ao aumento de 10,5% (R\$ 116 milhões) na receita líquida. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes fatores: (i) aumento de 3,4% (R\$ 23 milhões) no custo com energia elétrica; (ii) aumento de 8,9% (R\$ 13 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros Custos/Despesas Operacionais); e (iii) aumento de 40,5% (R\$ 46 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor.

O aumento de 8,9% (R\$ 13 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 2,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 13,6% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Redução de 6,0% (R\$ 3 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 75,9% (R\$ 16 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

**Lucro líquido:** a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 101 milhões em 2019, representando um aumento de 24,7% (R\$ 20 milhões), refletindo o aumento de 19,3% (R\$ 34 milhões) no EBITDA e a redução de 24,7% (R\$ 3 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos (i) de R\$ 12 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e (ii) de 11,8% (R\$ 5 milhões) na amortização.

**Endividamento:** no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 575 milhões, representando uma redução de 0,7%.

## 5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 163 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

**Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação – Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas as unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

## 7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de assecuração de *covenants* e informações para o BNDES, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) e serviços de *compliance* tributário.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## **8. Agradecimentos**

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### ***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

| <b>ATIVO</b>                                       | <b>Nota<br/>explicativa</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                  |                             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 5                           | 56.974            | 72.892            |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias    | 6                           | 172.864           | 164.784           |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 7                           | 8.964             | 1.236             |
| Outros tributos a compensar                        | 7                           | 12.632            | 8.422             |
| Derivativos  | 30                          | -                 | 9.452             |
| Ativo financeiro setorial                          | 8                           | 54.405            | 66.525            |
| Estoques   |                             | 2.767             | 2.362             |
| Outros ativos                                      | 11                          | 31.634            | 24.403            |
| <b>Total do circulante</b>                         |                             | <b>340.239</b>    | <b>350.075</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |                             |                   |                   |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias    | 6                           | 10.927            | 13.577            |
| Depósitos judiciais                                | 19                          | 22.052            | 24.201            |
| Outros tributos a compensar                        | 7                           | 183.012           | 12.248            |
| Ativo financeiro setorial                          | 8                           | -                 | 7.365             |
| Derivativos  | 30                          | 4.558             | 485               |
| Ativo financeiro da concessão                      | 10                          | 42.241            | 35.475            |
| Outros ativos                                      | 11                          | 233               | 272               |
| Ativo contratual                                   | 13                          | 81.847            | 52.373            |
| Intangível   | 12                          | 778.837           | 707.275           |
| <b>Total do não circulante</b>                     |                             | <b>1.123.706</b>  | <b>853.270</b>    |
| <b>Total do ativo</b>                              |                             | <b>1.463.945</b>  | <b>1.203.345</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                  | <b>Nota<br/>explicativa</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|--|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                    |                             |                   |                   |
| Fornecedores   | 14                          | 130.569           | 83.228            |
| Empréstimos e financiamentos                         | 15                          | 59.933            | 123.837           |
| Debêntures   | 16                          | 804               | 6.139             |
| Taxas regulamentares                                 | 17                          | 10.239            | 6.061             |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher    | 18                          | -                 | 448               |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher    | 18                          | 33.084            | 28.846            |
| Dividendo e juros sobre capital próprio              | 21                          | 43.201            | 19.160            |
| Obrigações estimadas com pessoal                     |                             | 4.314             | 4.032             |
| Derivativos  | 30                          | 622               | -                 |
| Outras contas a pagar                                | 20                          | 32.634            | 29.928            |
| <b>Total do circulante</b>                           |                             | <b>315.400</b>    | <b>301.678</b>    |
| <b>Não circulante</b>                                |                             |                   |                   |
| Empréstimos e financiamentos                         | 15                          | 322.239           | 259.766           |
| Debêntures   | 16                          | 189.738           | 189.817           |
| Débitos fiscais diferidos                            | 9                           | 2.326             | 5.293             |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | 19                          | 19.235            | 31.308            |
| Derivativos  | 30                          | 6.037             | 9.032             |
| Passivo financeiro setorial                          | 8                           | 2.924             | -                 |
| Outras contas a pagar                                | 20                          | 140.419           | 14.411            |
| <b>Total do não circulante</b>                       |                             | <b>682.919</b>    | <b>509.627</b>    |
| <b>Patrimônio líquido</b>                            |                             |                   |                   |
|  | <b>21</b>                   |                   |                   |
| Capital social                                       |                             | 170.413           | 170.413           |
| Reserva de capital                                   |                             | 513               | 529               |
| Reserva legal  |                             | 33.828            | 28.767            |
| Reserva estatutária - reforço de capital de giro     |                             | 258.944           | 190.432           |
| Resultado abrangente acumulado                       |                             | 1.927             | 1.898             |
| <b>Total do Patrimônio líquido</b>                   |                             | <b>465.625</b>    | <b>392.040</b>    |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>      |                             | <b>1.463.945</b>  | <b>1.203.345</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e**  
**2018**  
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

|  | <u>Nota<br/>explicativa</u> | <u>2019</u>      | <u>2018 <sup>(1)</sup></u> |
|--|-----------------------------|------------------|----------------------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>                                 | <b>23</b>                   | <b>1.220.707</b> | <b>1.105.165</b>           |
| <b>Custo do serviço</b>  |                             |                  |                            |
| <b>Custo com energia elétrica</b>                                  | 24                          | <b>(697.109)</b> | <b>(674.305)</b>           |
| <b>Custo com operação</b>  |                             | <b>(113.178)</b> | <b>(108.006)</b>           |
| Amortização  |                             | (46.144)         | (41.427)                   |
| Outros custos com operação   | 25                          | (67.034)         | (66.579)                   |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>                       | <b>25</b>                   | <b>(161.321)</b> | <b>(114.866)</b>           |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                     |                             | <b>249.099</b>   | <b>207.988</b>             |
| <b>Despesas operacionais</b>                                       |                             |                  |                            |
| <b>Despesas com vendas</b>   |                             | <b>(27.703)</b>  | <b>(24.553)</b>            |
| Amortização  |                             | (121)            | (121)                      |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                      |                             | (4.692)          | (2.034)                    |
| Outras despesas com vendas   | 25                          | (22.890)         | (22.398)                   |
| <b>Despesas gerais e administrativas</b>                           |                             | <b>(50.802)</b>  | <b>(49.404)</b>            |
| Amortização  |                             | (4.551)          | (3.889)                    |
| Outras despesas gerais e administrativas                           | 25                          | (46.251)         | (45.515)                   |
| <b>Outras despesas operacionais</b>                                | <b>25</b>                   | <b>(13.420)</b>  | <b>(5.126)</b>             |
| <b>Resultado do serviço</b>  |                             | <b>157.174</b>   | <b>128.904</b>             |
| <b>Resultado financeiro</b>  | <b>26</b>                   |                  |                            |
| Receitas financeiras   |                             | 32.330           | 26.601                     |
| Despesas financeiras   |                             | (42.887)         | (40.616)                   |
|  |                             | <b>(10.556)</b>  | <b>(14.015)</b>            |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                                    |                             | <b>146.618</b>   | <b>114.889</b>             |
| Contribuição social  | 9                           | (12.046)         | (9.243)                    |
| Imposto de renda   | 9                           | (33.343)         | (24.455)                   |
|  |                             | <b>(45.390)</b>  | <b>(33.698)</b>            |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                  |                             | <b>101.228</b>   | <b>81.191</b>              |
| Lucro líquido básico e diluído por lote mil ações ordinárias - R\$ | 22                          | 281,93           | 226,12                     |

<sup>(1)</sup> Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

|  | <u>2019</u>           | <u>2018</u>          |
|--|-----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do exercício   | 101.228               | 81.191               |
| Outros resultados abrangentes  |                       |                      |
| <b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>                        |                       |                      |
| - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários | 28                    | 1.376                |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>   | <u><u>101.256</u></u> | <u><u>82.567</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

|   | Reserva de Lucros |                    |               |  |   |  |              | Resultado abrangente acumulado | Lucros acumulados | Total            |
|---|-------------------|--------------------|---------------|--|---|--|--------------|--------------------------------|-------------------|------------------|
|   | Capital social    | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros para investimentos | Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão | Reserva estatutária - reforço de capital de giro | Dividendo    |                                |                   |                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>   | <b>170.396</b>    | <b>563</b>         | <b>24.707</b> | <b>18.041</b>                                    | <b>48.305</b>                                       | <b>71.558</b>                                    | <b>6.893</b> | -                              | -                 | <b>340.463</b>   |
| <b>Resultado abrangente total</b>   |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Lucro líquido do exercício  | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | 81.191            | <b>81.191</b>    |
| Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | 1.898                          | (522)             | <b>1.376</b>     |
| Efeito da aplicação inicial do CPC 48   | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | (1.556)           | <b>(1.556)</b>   |
| <b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>  |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Aumento de Capital  | 17                | (17)               | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | -                 | -                |
| Constituição da reserva legal   | -                 | -                  | 4.060         | -  | -   | -  | -            | -                              | (4.060)           | -                |
| Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91   | -                 | (16)               | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | 16                | -                |
| Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018  | -                 | -                  | -             | -  | (48.305)  | -  | -            | -                              | (70.569)          | <b>(118.874)</b> |
| Realização da reserva de retenção de lucros para investimentos  | -                 | -                  | -             | (18.041)   | -   | -  | -            | -                              | 18.041            | -                |
| Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro  | -                 | -                  | -             | -  | -   | 118.874  | -            | -                              | -                 | <b>118.874</b>   |
| <b>Transações de capital com os acionistas</b>  |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Juros sobre o capital próprio   | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | (22.541)          | <b>(22.541)</b>  |
| Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre o capital próprio  | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | (6.893)      | -                              | -                 | <b>(6.893)</b>   |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>   | <b>170.413</b>    | <b>529</b>         | <b>28.767</b> | -  | -   | <b>190.432</b>                                   | -            | <b>1.898</b>                   | -                 | <b>392.040</b>   |
| <b>Resultado abrangente total</b>   |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Lucro líquido do exercício  | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | 101.228           | <b>101.228</b>   |
| Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | 28                             | -                 | <b>28</b>        |
| <b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>  |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Constituição da reserva legal   | -                 | -                  | 5.061         | -  | -   | -  | -            | -                              | (5.061)           | -                |
| Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91   | -                 | (16)               | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | 16                | -                |
| Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro  | -                 | -                  | -             | -  | -   | 68.511   | -            | -                              | (68.511)          | -                |
| <b>Transações de capital com os acionistas</b>  |                   |                    |               |  |   |  |              |                                |                   |                  |
| Dividendo mínimo obrigatório  | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | (3.473)           | <b>(3.473)</b>   |
| Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019   | -                 | -                  | -             | -  | -   | -  | -            | -                              | (24.198)          | <b>(24.198)</b>  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>   | <b>170.413</b>    | <b>513</b>         | <b>33.828</b> | -  | -   | <b>258.944</b>                                   | -            | <b>1.926</b>                   | -                 | <b>465.625</b>   |

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Lucro antes dos tributos</b>  | <b>146.618</b>    | <b>114.889</b>    |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b> |                   |                   |
| Amortização  | 50.816            | 45.437            |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas                               | 6.440             | 5.893             |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                                      | 4.692             | 2.034             |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais                           | 28.245            | 31.836            |
| Perda (ganho) na baixa de não circulante   | 13.119            | 5.129             |
|  | <u>249.930</u>    | <u>205.217</u>    |
| <b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>                                   |                   |                   |
| Consumidores, concessionárias e permissionárias                                    | (10.105)          | (8.680)           |
| Tributos a compensar   | (173.925)         | (548)             |
| Depósitos judiciais  | 2.948             | 4.258             |
| Ativo financeiro setorial  | 30.753            | (63.412)          |
| Contas a receber - CDE   | (6.422)           | 8.376             |
| Outros ativos operacionais   | (5.407)           | (9.794)           |
| <b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>                                 |                   |                   |
| Fornecedores   | 47.341            | (30.491)          |
| Outros tributos e contribuições sociais  | 542               | (2.268)           |
| Taxas regulamentares   | 4.178             | (19.490)          |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos                                     | (19.675)          | (8.815)           |
| Passivo financeiro setorial  | (2.876)           | (18.543)          |
| Contas a pagar - CDE   | (3.236)           | (847)             |
| Outros passivos operacionais   | 130.155           | 9.383             |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>                            | <b>244.201</b>    | <b>64.346</b>     |
| Encargos de dívidas e debêntures pagos   | (30.232)          | (55.192)          |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                                       | (56.601)          | (30.309)          |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>              | <b>157.368</b>    | <b>(21.155)</b>   |
| <b>Atividades de investimento</b>  |                   |                   |
| Adições de ativo contratual  | (163.146)         | (104.005)         |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>           | <b>(163.146)</b>  | <b>(104.005)</b>  |
| <b>Atividades de financiamento</b>   |                   |                   |
| Captação de empréstimos e debêntures   | 300.389           | 413.389           |
| Amortização de principal de empréstimos e debêntures                               | (311.263)         | (136.339)         |
| Liquidação de operações com derivativos  | 733               | (3.921)           |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos                                    | -                 | (45.770)          |
| Amortizações de mútuos com controladas e coligadas                                 | -                 | (47.280)          |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>          | <b>(10.141)</b>   | <b>180.079</b>    |
| <b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>                  | <b>(15.919)</b>   | <b>54.919</b>     |
| <b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>                              | <b>72.892</b>     | <b>17.974</b>     |
| <b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>                                | <b>56.974</b>     | <b>72.892</b>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

|  | <u>2019</u>        | <u>2018</u>      |
|--|--------------------|------------------|
| <b>1 - Receita</b>   | <b>1.751.510</b>   | <b>1.678.739</b> |
| 1.1 Receita de venda de energia e serviços                       | 1.595.099          | 1.566.104        |
| 1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão | 161.103            | 114.669          |
| 1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa                | (4.692)            | (2.034)          |
| <b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                   | <b>(1.028.595)</b> | <b>(946.336)</b> |
| 2.1 Custo com energia elétrica                                   | (772.585)          | (746.822)        |
| 2.2 Material   | (118.681)          | (82.580)         |
| 2.3 Serviços de terceiros  | (96.523)           | (89.611)         |
| 2.4 Outros   | (40.805)           | (27.322)         |
| <b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>                          | <b>722.915</b>     | <b>732.403</b>   |
| <b>4 - Retenções</b>   | <b>(50.923)</b>    | <b>(45.532)</b>  |
| 4.1 Amortização  | (50.923)           | (45.532)         |
| <b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>                 | <b>671.992</b>     | <b>686.871</b>   |
| <b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>            | <b>34.135</b>      | <b>28.154</b>    |
| 6.1 Receitas financeiras   | 34.135             | 28.154           |
| <b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>           | <b>706.127</b>     | <b>715.025</b>   |
| <b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>                      |                    |                  |
| <b>8.1 Pessoal e encargos</b>                                    | <b>53.850</b>      | <b>53.613</b>    |
| 8.1.1 Remuneração direta   | 33.763             | 31.982           |
| 8.1.2 Benefícios   | 17.912             | 19.506           |
| 8.1.3 F.G.T.S  | 2.176              | 2.125            |
| <b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>                       | <b>506.506</b>     | <b>538.260</b>   |
| 8.2.1 Federais   | 253.195            | 305.544          |
| 8.2.2 Estaduais  | 253.095            | 232.538          |
| 8.2.3 Municipais   | 216                | 178              |
| <b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>                   | <b>44.543</b>      | <b>41.962</b>    |
| 8.3.1 Juros  | 43.759             | 41.239           |
| 8.3.2 Aluguéis   | 784                | 723              |
| <b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>                        | <b>101.228</b>     | <b>81.191</b>    |
| 8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto) | 24.198             | 22.541           |
| 8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)                  | 3.473              | -                |
| 8.4.3 Lucros retidos   | 73.557             | 58.650           |
|  | <b>706.127</b>     | <b>715.025</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguariúna, estado de São Paulo, CEP 13820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 466 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

As distribuidoras de energia elétrica Companhia Luz e Força Santa Cruz, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e Companhia Luz e Força de Mococa, a partir de 01 de janeiro de 2018 foram agrupadas na Companhia Jaguari de Energia.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)”) e da Companhia (“[www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 4 de março de 2020.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); e
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.5 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas**

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, esta mudança foi aplicada retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos:

|   | 2018                       |                       |                      |
|---|----------------------------|-----------------------|----------------------|
|   | Originalmente<br>publicado | Abertura de<br>linhas | Nova<br>apresentação |
| <b>Receita operacional líquida</b>            | <b>1.105.165</b>           | -                     | <b>1.105.165</b>     |
| <b>Custo do serviço</b>                       |                            |                       |                      |
| <b>Custo com energia elétrica</b>             | <b>(674.305)</b>           | -                     | <b>(674.305)</b>     |
| <b>Custo com operação</b>                     | <b>(108.006)</b>           | -                     | <b>(108.006)</b>     |
| Amortização                                   | -                          | (41.427)              | (41.427)             |
| Outros custos com operação                    | -                          | (66.579)              | (66.579)             |
| <b>Custo com serviço prestado a terceiros</b> | <b>(114.866)</b>           | -                     | <b>(114.866)</b>     |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                | <b>207.988</b>             | -                     | <b>207.988</b>       |
| <b>Despesas operacionais</b>                  |                            |                       |                      |
| <b>Despesas com vendas</b>                    | <b>(24.553)</b>            | -                     | <b>(24.553)</b>      |
| Amortização                                   | -                          | (121)                 | (121)                |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (2.034)                    | -                     | (2.034)              |
| Outras despesas com vendas                    | (22.519)                   | 121                   | (22.398)             |
| <b>Despesas gerais e administrativas</b>      | <b>(49.404)</b>            | -                     | <b>(49.404)</b>      |
| Amortização                                   | -                          | (3.889)               | (3.889)              |
| Outras despesas gerais e administrativas      | -                          | (45.515)              | (45.515)             |
| <b>Outras despesas operacionais</b>           | <b>(5.126)</b>             | -                     | <b>(5.126)</b>       |
| <b>Resultado do serviço</b>                   | <b>128.904</b>             | -                     | <b>128.904</b>       |
| <b>Resultado financeiro</b>                   |                            |                       |                      |
| Receitas financeiras                          | 26.601                     | -                     | 26.601               |
| Despesas financeiras                          | (40.616)                   | -                     | (40.616)             |
|   | <b>(14.015)</b>            | -                     | <b>(14.015)</b>      |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>               | <b>114.889</b>             | -                     | <b>114.889</b>       |
| Contribuição social                           | (9.243)                    | -                     | (9.243)              |
| Imposto de renda                              | (24.455)                   | -                     | (24.455)             |
|   | <b>(33.698)</b>            | -                     | <b>(33.698)</b>      |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>             | <b>81.191</b>              | -                     | <b>81.191</b>        |

### **( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.14.

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

### 3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

|   |   |
|---|---|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)                 | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.   |
| Ativos financeiros a custo amortizado   | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.  |
| Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado |

|  |   |
|--|---|
|  | para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.   |
| Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### **- Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

#### **- Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.4 Intangível e Ativo contratual**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da

alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

### 3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

#### - Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em

ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

#### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **3.7 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. O plano é caracterizado como Plano de Contribuição Definida, cuja Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

#### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

#### **3.9 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.11 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.12 Subvenção governamental - CDE**

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota 23.3) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

### 3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### 3.14 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

#### a) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. O CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados.

#### b) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

O ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma (nota 18).

### **3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente** - revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1)): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

## **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

### **- Intangível e ativo contratual:**

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### **- Instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

## **( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|                            |                   |                   |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
|                            | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
| Saldos bancários           | 12.406            | 27.161            |
| Aplicações financeiras     | 44.567            | 45.731            |
| Títulos de crédito privado | 44.567            | 45.731            |
| <b>Total</b>               | <b>56.974</b>     | <b>72.892</b>     |

**Títulos de crédito privado:** corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 37.566 (R\$ 1.730 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 7.001 (R\$ 44.001 em 31 de dezembro de 2018), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 97,75% do CDI.

## **( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

|   | Saldos<br>vincendos | Vencidos      |               | Total          |                |
|---|---------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
|   |                     | até 90 dias   | > 90 dias     | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
| <b>Circulante</b>                             |                     |               |               |                |                |
| <b>Classes de consumidores</b>                |                     |               |               |                |                |
| Residencial                                   | 29.998              | 26.821        | 2.215         | 59.034         | 52.360         |
| Industrial                                    | 15.164              | 4.018         | 4.410         | 23.591         | 20.927         |
| Comercial                                     | 13.059              | 4.445         | 535           | 18.039         | 16.087         |
| Rural   | 6.433               | 2.361         | 311           | 9.105          | 8.478          |
| Poder público                                 | 3.737               | 1.876         | 358           | 5.971          | 5.553          |
| Iluminação pública                            | 4.222               | 1.358         | 891           | 6.471          | 6.839          |
| Serviço público                               | 4.542               | 1.261         | 378           | 6.182          | 6.121          |
| <b>Faturado</b>                               | <b>77.155</b>       | <b>42.140</b> | <b>9.098</b>  | <b>128.393</b> | <b>116.365</b> |
| Não faturado                                  | 40.646              | -             | -             | 40.646         | 44.207         |
| Parcelamento de débito de consumidores        | 8.093               | 1.147         | 1.212         | 10.451         | 9.541          |
| Operações realizadas na CCEE                  | 2.181               | -             | -             | 2.181          | 2.058          |
| Concessionárias e permissionárias             | 1.810               | -             | -             | 1.810          | 1.532          |
|   | <b>129.885</b>      | <b>43.287</b> | <b>10.310</b> | <b>183.481</b> | <b>173.703</b> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa |                     |               |               | (10.616)       | (8.918)        |
| <b>Total</b>                                  |                     |               |               | <b>172.864</b> | <b>164.784</b> |
| <b>Não circulante</b>                         |                     |               |               |                |                |
| Parcelamento de débito de consumidores        | 4.187               | -             | -             | 4.187          | 7.216          |
| Energia livre                                 | 6.739               | -             | -             | 6.739          | 6.360          |
| <b>Total</b>                                  | <b>10.926</b>       | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>10.927</b>  | <b>13.577</b>  |

**Parcelamento de débitos de consumidores:** refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota explicativa 30 – Instrumentos Financeiros, em Risco de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

|  | <b>Consumidores,<br/>concessionárias e<br/>permissionárias</b> | <b>Outros ativos<br/>(nota 11)</b> | <b>Total</b>    |
|--|--|------------------------------------|-----------------|
| <b>Saldo em 31/12/2017</b>               | <b>(7.594)</b>   | <b>(685)</b>                       | <b>(8.279)</b>  |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (4.369)  | 55                                 | (4.314)         |
| Recuperação de receita                   | 2.280  | -                                  | 2.280           |
| Efeito da aplicação inicial do CPC 48    | (2.339)  | (19)                               | (2.358)         |
| Baixa de contas a receber provisionadas  | 3.106  | -                                  | 3.106           |
| <b>Saldo em 31/12/2018</b>               | <b>(8.918)</b>   | <b>(649)</b>                       | <b>(9.566)</b>  |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (9.784)  | (17)                               | (9.801)         |
| Recuperação de receita                   | 5.109  | -                                  | 5.109           |
| Baixa de contas a receber provisionadas  | 2.977  | -                                  | 2.977           |
| <b>Saldo em 31/12/2019</b>               | <b>(10.616)</b>  | <b>(666)</b>                       | <b>(11.282)</b> |

**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| <b><u>Circulante</u></b>                                      |                   |                   |
| Antecipações de contribuição social - CSLL                    | 2.925             | -                 |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ                       | 5.852             | -                 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar            | 186               | 1.236             |
| <b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>     | <b>8.964</b>      | <b>1.236</b>      |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF                       | 2.212             | 441               |
| ICMS a compensar  | 9.916             | 7.585             |
| Programa de integração social - PIS                           | 88                | 69                |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 407               | 319               |
| Outros  | 8                 | 8                 |
| <b>Outros tributos a compensar</b>                            | <b>12.632</b>     | <b>8.422</b>      |
| <b>Total circulante</b>                                       | <b>21.596</b>     | <b>9.658</b>      |
| <b><u>Não circulante</u></b>                                  |                   |                   |
| ICMS a compensar  | 15.234            | 12.248            |
| Programa de integração social - PIS                           | 29.928            | -                 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 137.849           | -                 |
| <b>Outros tributos a compensar</b>                            | <b>183.012</b>    | <b>12.248</b>     |
| <b>Total não circulante</b>                                   | <b>183.012</b>    | <b>12.248</b>     |

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF:** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar:** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

**Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS:** Em 2019, a Companhia obteve decisão judicial final favorável em última instância, a qual não está sujeita a novo recurso, do processo relacionado à exclusão dos montantes de ICMS na base fiscal de PIS e COFINS (relacionado aos processos originais de quatro companhias agrupadas - CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa), bem como o direito de ressarcimento de valores anteriormente pagos.

Como resultado, a Companhia registrou um crédito fiscal de R\$ 166.870, utilizando método de cálculo em conformidade com a Orientação da Receita Federal 13/2018. Baseado em opiniões legais, a Companhia entende que o montante recebido como crédito fiscal deverá ser reembolsado aos consumidores assim que a Receita Federal aprovar tais compensações de créditos a pagar aos consumidores afetados. A Companhia permanece analisando, com seus assessores legais, o período relevante aplicável para cálculo da devolução desse crédito fiscal para os consumidores, o qual poderá ser para um período de três, cinco ou dez anos. Em 2019, a Companhia registrou um passivo relacionado à necessidade de devolução desse crédito fiscal, considerando um período máximo de 10 anos.

Portanto, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um ativo de R\$ 167.777 na rubrica de “tributos a compensar”, em contrapartida a um passivo de R\$ 132.607 em “outras contas a pagar – consumidores e concessionárias” (nota 20) e uma redução de R\$ 34.495 em “deduções da receita operacional – PIS e COFINS” e atualização financeira de R\$ 675.

## ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

|                                     | Saldo em 31/12/2018 |            |          | Receita operacional<br>(nota 23) |            | Resultado<br>financeiro<br>(nota 26) | Saldo em 31/12/2019 |            |          |
|-------------------------------------|---------------------|------------|----------|----------------------------------|------------|--------------------------------------|---------------------|------------|----------|
|                                     | Diferido            | Homologado | Total    | Constituição                     | Realização | Atualização<br>monetária             | Diferido            | Homologado | Total    |
| Parcela "A"                         | 97.846              | 616        | 98.461   | 45.412                           | (72.078)   | 6.538                                | 60.509              | 17.825     | 78.333   |
| CVA (*)                             |                     |            |          |                                  |            |                                      |                     |            |          |
| CDE (**)                            | 11.274              | (2.860)    | 8.414    | 4.654                            | (9.160)    | 1.076                                | 2.189               | 2.796      | 4.984    |
| Custos energia elétrica             | 27.949              | 5.649      | 33.597   | (10.942)                         | (19.723)   | 1.162                                | 709                 | 3.385      | 4.094    |
| ESS e EER (***)                     | (33.825)            | (11.123)   | (44.948) | (20.247)                         | 38.144     | (2.113)                              | (21.886)            | (7.278)    | (29.164) |
| Proinfra                            | -                   | 42         | 42       | 879                              | (787)      | 39                                   | -                   | 173        | 173      |
| Rede básica                         | 14.256              | (13)       | 14.243   | 20.397                           | (11.919)   | 1.759                                | 21.547              | 2.932      | 24.479   |
| Repasse de Itaipu                   | 72.537              | 11.742     | 84.279   | 59.613                           | (69.721)   | 4.554                                | 63.374              | 15.350     | 78.724   |
| Transporte de Itaipu                | 1.981               | (27)       | 1.954    | 1.742                            | (1.590)    | 150                                  | 1.822               | 434        | 2.256    |
| Neutralidade dos encargos setoriais | 9.322               | 304        | 9.626    | (5.129)                          | (7.833)    | 107                                  | (5.369)             | 2.140      | (3.229)  |
| Sobrecontratação                    | (5.648)             | (3.098)    | (8.746)  | (5.555)                          | 10.512     | (195)                                | (1.877)             | (2.107)    | (3.984)  |
| Outros componentes financeiros      | (20.626)            | (3.946)    | (24.572) | (6.641)                          | 5.431      | (1.070)                              | (26.289)            | (563)      | (26.852) |
| Total                               | 77.220              | (3.330)    | 73.890   | 38.771                           | (66.647)   | 5.468                                | 34.220              | 17.262     | 51.481   |
| Ativo circulante                    |                     |            | 66.525   |                                  |            |                                      |                     |            | 54.405   |
| Ativo não circulante                |                     |            | 7.365    |                                  |            |                                      |                     |            | -        |
| Passivo não circulante              |                     |            | -        |                                  |            |                                      |                     |            | (2.924)  |

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

**Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica e no próximo reajuste tarifário; (ii) recálculos de processos tarifários anteriores; e (iii) garantias financeiras nas contratações de energia.

## ( 9 ) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 9.1 Composição dos créditos (débitos) fiscais:

|   | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>      |                |                |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (628)          | (1.415)        |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>(628)</b>   | <b>(1.415)</b> |
| <b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>         |                |                |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis | (1.698)        | (3.878)        |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>(1.698)</b> | <b>(3.878)</b> |
| <b>Total</b>  | <b>(2.326)</b> | <b>(5.293)</b> |

### 9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

|   | 31/12/2019   |                | 31/12/2018     |                |
|---|--------------|----------------|----------------|----------------|
|   | CSLL         | IRPJ           | CSLL           | IRPJ           |
| <b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>                                  |              |                |                |                |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas  | 1.593        | 4.424          | 2.558          | 7.104          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa   | 1.015        | 2.821          | 861            | 2.392          |
| Programas de P&D e eficiência energética  | 1.068        | 2.968          | 1.142          | 3.172          |
| Provisão relacionada a pessoal  | 234          | 650            | 211            | 587            |
| Derivativos   | 276          | 765            | (355)          | (985)          |
| Perda em aplicações financeiras   | 804          | 2.235          | 804            | 2.235          |
| Registro da concessão - ajuste do intangível  | (4.819)      | (13.387)       | (5.803)        | (16.118)       |
| Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro  | (1.106)      | (3.072)        | (999)          | (2.775)        |
| Marcação a Mercado - Derivativos  | (74)         | (206)          | 289            | 803            |
| Marcação a Mercado - Dívidas  | 149          | 415            | (130)          | (360)          |
| Outros  | 495          | 1.419          | 265            | 786            |
| <b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b> |              |                |                |                |
| Marcação a Mercado - Derivativos  | (9)          | (26)           | (13)           | (36)           |
| Marcação a Mercado - Dívidas  | (253)        | (703)          | (246)          | (683)          |
| <b>Total</b>  | <b>(628)</b> | <b>(1.698)</b> | <b>(1.415)</b> | <b>(3.878)</b> |

### 9.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

#### Expectativa de recuperação

|              |               |
|--------------|---------------|
| 2020         | 8.582         |
| 2021         | 3.468         |
| 2022         | 2.586         |
| 2023         | 1.241         |
| 2024         | 1.241         |
| 2025 a 2027  | 2.444         |
| 2028 a 2030  | 1.203         |
| <b>Total</b> | <b>20.767</b> |

### 9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

|  | 2019            |                 | 2018           |                 |
|--|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
|  | CSLL            | IRPJ            | CSLL           | IRPJ            |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                            | <b>146.618</b>  | <b>146.618</b>  | <b>114.889</b> | <b>114.889</b>  |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>           |                 |                 |                |                 |
| Incentivos fiscais - PIIT (*)                              | (600)           | (600)           | -              | -               |
| Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos | 8.906           | 8.906           | 8.383          | 8.383           |
| Juros sobre o capital próprio                              | (24.198)        | (24.198)        | (22.541)       | (22.541)        |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas            | 1.810           | (436)           | 1.972          | (2.914)         |
| <b>Base de cálculo</b>                                     | <b>132.536</b>  | <b>130.290</b>  | <b>102.702</b> | <b>97.817</b>   |
| Alíquota aplicável   | 9%              | 25%             | 9%             | 25%             |
| <b>Débito fiscal apurado</b>                               | <b>(11.928)</b> | <b>(32.573)</b> | <b>(9.243)</b> | <b>(24.455)</b> |
| Provisão para riscos fiscais                               | (118)           | (771)           | -              | -               |
| <b>Total</b>   | <b>(12.046)</b> | <b>(33.343)</b> | <b>(9.243)</b> | <b>(24.455)</b> |
| Corrente   | (12.836)        | (35.536)        | (7.952)        | (20.687)        |
| Diferido   | 789             | 2.193           | (1.291)        | (3.767)         |

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 2.982 e refere-se a diferenças temporárias. Em 2018 a despesa foi de R\$ 5.058 sendo (i) despesa de prejuízo fiscal e base negativa (R\$ 7.555) e (ii) receita de diferenças temporárias (R\$ 2.497).

## 9.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

|  | 2019       |             | 2018         |              |
|--|------------|-------------|--------------|--------------|
|  | CSSL       | IRPJ        | CSSL         | IRPJ         |
| Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros         | 43         | 43          | 2.085        | 2.085        |
| Alíquota aplicável   | 9%         | 25%         | 9%           | 25%          |
| <b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b> | <b>(4)</b> | <b>(11)</b> | <b>(188)</b> | <b>(521)</b> |

## ( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

|                                       |               |
|---------------------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2017</b>            | <b>20.489</b> |
| Transferência - intangível em serviço | 13.974        |
| Ajuste ao valor justo                 | 1.019         |
| Baixas                                | (7)           |
| <b>Saldo em 31/12/2018</b>            | <b>35.475</b> |
| Transferência - intangível em serviço | 5.636         |
| Ajuste ao valor justo                 | 1.213         |
| Baixas                                | (83)          |
| <b>Saldo em 31/12/2019</b>            | <b>42.241</b> |

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23), no resultado do exercício.

Em 2019, o valor das baixas de R\$ 83 (R\$ 7 em 2018) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 22 (R\$ 3 em 2018) e a baixa do ativo de R\$ 61 (R\$ 4 em 2018).

## ( 11 ) OUTROS ATIVOS

|  | Circulante    |               | Não circulante |            |
|--|---------------|---------------|----------------|------------|
|  | 31/12/2019    | 31/12/2018    | 31/12/2019     | 31/12/2018 |
| Adiantamentos - Fundação CESP                              | 1.004         | -             | 13             | 13         |
| Ordens em curso  | 8.826         | 8.623         | -              | -          |
| Serviços prestados a terceiros                             | 2.456         | 1.304         | -              | -          |
| Despesas antecipadas                                       | 2.100         | 2.487         | 220            | 259        |
| Contas a receber - CDE                                     | 13.613        | 7.191         | -              | -          |
| Adiantamentos a funcionários                               | 1.050         | 1.360         | -              | -          |
| Outros   | 3.251         | 4.087         | -              | -          |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6) | (666)         | (649)         | -              | -          |
| <b>Total</b>   | <b>31.634</b> | <b>24.403</b> | <b>233</b>     | <b>272</b> |

**Ordens em curso:** compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

**Contas a receber – CDE:** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.681 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 11.932

(R\$ 6.218 em 31 de dezembro de 2018) (nota 23.3).

## ( 12 ) INTANGÍVEL

|                                       | Direito de concessão                        |   | Total          |
|---------------------------------------|---|---|----------------|
|                                       | Infraestrutura de distribuição - em serviço | Infraestrutura de distribuição - em curso |                |
| <b>Saldo em 31/12/2017</b>            | <b>616.456</b>                              | <b>101.899</b>                            | <b>718.355</b> |
| Custo histórico                       | 1.050.182                                   | 101.899                                   | 1.152.081      |
| Amortização acumulada                 | (433.725)                                   | -   | (433.725)      |
| Amortização                           | (45.532)                                    | -   | (45.532)       |
| Transferência - ativo contratual      | 154.845                                     | -   | 154.845        |
| Transferência - ativo financeiro      | (13.974)                                    | -   | (13.974)       |
| Baixa e transferência - outros ativos | (4.521)                                     | -   | (4.521)        |
| Adoção CPC 47                         | -   | (101.899)                                 | (101.899)      |
| <b>Saldo em 31/12/2018</b>            | <b>707.275</b>                              | <b>-</b>                                  | <b>707.275</b> |
| Custo histórico                       | 1.176.001                                   | -   | 1.176.001      |
| Amortização acumulada                 | (468.726)                                   | -   | (468.726)      |
| Amortização                           | (50.922)                                    | -   | (50.922)       |
| Transferência - ativo contratual      | 134.903                                     | -   | 134.903        |
| Transferência - ativo financeiro      | (5.636)                                     | -   | (5.636)        |
| Baixa e transferência - outros ativos | (6.782)                                     | -   | (6.782)        |
| <b>Saldo em 31/12/2019</b>            | <b>778.837</b>                              | <b>-</b>                                  | <b>778.837</b> |
| Custo histórico                       | 1.285.492                                   | -   | 1.285.492      |
| Amortização acumulada                 | (506.655)                                   | -   | (506.655)      |

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2019 foram capitalizados R\$ 1.123 (R\$ 1.220 em 2018) ambos a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 26).

### Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

|                                       |               |
|---------------------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31/12/2017</b>            | -             |
| Adoção CPC 47                         | 101.899       |
| Adições                               | 105.319       |
| Transferência - intangível em serviço | (154.845)     |
| <b>Saldo em 31/12/2018</b>            | <b>52.373</b> |
| Adições                               | 164.377       |
| Transferência - intangível em serviço | (134.903)     |
| <b>Saldo em 31/12/2019</b>            | <b>81.847</b> |

## ( 14 ) FORNECEDORES

|                                  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Encargos de serviço do sistema   | 567               | 3.528             |
| Suprimento de energia elétrica   | 74.904            | 52.502            |
| Encargos de uso da rede elétrica | 17.222            | 13.986            |
| Materiais e serviços             | 36.139            | 11.573            |
| Energia livre                    | 1.737             | 1.639             |
| <b>Total</b>                     | <b>130.569</b>    | <b>83.228</b>     |

## ( 15 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade                       | Saldo em<br>31/12/2017 | Captação       | Amortização<br>principal | Encargos,<br>atualização<br>monetária e<br>marcação a<br>mercado | Atualização<br>cambial | Encargos<br>pagos | Saldo em<br>31/12/2018 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda nacional</b>            |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| Pré Fixado                       | 15.016                 | -              | (2.304)                  | 807  | -                      | (817)             | 12.701                 |
| Pós fixado                       |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| TJLP e IPCA                      | 23.295                 | 79.000         | (5.164)                  | 1.905  | -                      | (1.808)           | 97.226                 |
| Selic                            | 6.436                  | -              | (2.044)                  | 470  | -                      | (122)             | 4.740                  |
| CDI                              | 180.963                | -              | (93.826)                 | 7.996  | -                      | (42.274)          | 52.858                 |
| Cesta de moedas                  | 2.293                  | -              | (500)                    | 516  | -                      | (156)             | 2.152                  |
| <b>Total ao custo</b>            | <b>228.001</b>         | <b>79.000</b>  | <b>(103.838)</b>         | <b>11.694</b>  | <b>-</b>               | <b>(45.177)</b>   | <b>169.677</b>         |
| <b>Gastos com captação (*)</b>   | <b>(202)</b>           | <b>(2.349)</b> | <b>-</b>                 | <b>223</b>   | <b>-</b>               | <b>-</b>          | <b>(2.328)</b>         |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| Dólar                            | 67.219                 | 45.000         | -                        | 3.427  | 12.834                 | (2.421)           | 126.059                |
| Euro                             | -                      | 102.000        | -                        | 229  | (7.671)                | (193)             | 94.365                 |
| Marcação a mercado               | 577                    | -              | -                        | (4.747)  | -                      | -                 | (4.170)                |
| <b>Total ao valor justo</b>      | <b>67.796</b>          | <b>147.000</b> | <b>-</b>                 | <b>(1.091)</b>   | <b>5.163</b>           | <b>(2.614)</b>    | <b>216.254</b>         |
| <b>Total</b>                     | <b>295.595</b>         | <b>223.651</b> | <b>(103.838)</b>         | <b>10.826</b>  | <b>5.163</b>           | <b>(47.791)</b>   | <b>383.603</b>         |
| Circulante                       | 141.699                |                |                          |  |                        |                   | 123.837                |
| Não Circulante                   | 153.897                |                |                          |  |                        |                   | 259.766                |

| Modalidade                       | Saldo em<br>31/12/2018 | Captação       | Amortização<br>principal | Encargos,<br>atualização<br>monetária e<br>marcação a<br>mercado | Atualização<br>cambial | Encargos<br>pagos | Saldo em<br>31/12/2019 |
|----------------------------------|------------------------|----------------|--------------------------|--|------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda nacional</b>            |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| Pré Fixado                       | 12.701                 | -              | (2.305)                  | 673  | -                      | (676)             | 10.393                 |
| Pós Fixado                       |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| TJLP                             | 18.220                 | -              | (6.307)                  | 1.325  | -                      | (1.308)           | 11.931                 |
| IPCA                             | 79.006                 | 70.000         | -                        | 8.188  | -                      | (5.071)           | 152.123                |
| Selic                            | 4.740                  | -              | (2.170)                  | 306  | -                      | (84)              | 2.792                  |
| CDI                              | 52.858                 | -              | (34.875)                 | 2.366  | -                      | (138)             | 20.210                 |
| Cesta de moedas                  | 2.152                  | -              | (540)                    | 213  | -                      | (131)             | 1.694                  |
| <b>Total ao custo</b>            | <b>169.677</b>         | <b>70.000</b>  | <b>(46.197)</b>          | <b>13.071</b>  | <b>-</b>               | <b>(7.408)</b>    | <b>199.142</b>         |
| <b>Gastos com captação (*)</b>   | <b>(2.328)</b>         | <b>(1.314)</b> | <b>-</b>                 | <b>322</b>   | <b>-</b>               | <b>-</b>          | <b>(3.320)</b>         |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                        |                |                          |  |                        |                   |                        |
| Dólar                            | 126.059                | 42.000         | (75.066)                 | 3.645  | (403)                  | (4.721)           | 91.514                 |
| Euro                             | 94.365                 | -              | -                        | 780  | 1.627                  | (783)             | 95.989                 |
| Marcação a mercado               | (4.170)                | -              | -                        | 3.017  | -                      | -                 | (1.153)                |
| <b>Total ao valor justo</b>      | <b>216.254</b>         | <b>42.000</b>  | <b>(75.066)</b>          | <b>7.442</b>   | <b>1.224</b>           | <b>(5.504)</b>    | <b>186.350</b>         |
| <b>Total</b>                     | <b>383.603</b>         | <b>110.686</b> | <b>(121.263)</b>         | <b>20.835</b>  | <b>1.224</b>           | <b>(12.912)</b>   | <b>382.172</b>         |
| <b>Circulante</b>                | <b>123.837</b>         |                |                          |  |                        |                   | <b>59.933</b>          |
| <b>Não Circulante</b>            | <b>259.766</b>         |                |                          |  |                        |                   | <b>322.239</b>         |

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade   | Encargos financeiros anuais        | 31/12/2019     | 31/12/2018     | Faixa de vencimento | Garantia                                  |
|--|------------------------------------|----------------|----------------|---------------------|---|
| <b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>          |                                    |                |                |                     |   |
| <b>Pré fixado</b>                                    |                                    |                |                |                     |   |
| FINEM  | Pré fixado de 6%                   | 10.393         | 12.701         | 2015 a 2024         | Fiança da CPFL Energia                    |
|  |                                    | <u>10.393</u>  | <u>12.701</u>  |                     |   |
| <b>Pós fixado</b>                                    |                                    |                |                |                     |   |
| <b>TJLP</b>  |                                    |                |                |                     |   |
| FINEM  | TJLP + 2,19% a 3,39                | 4.121          | 7.395          | 2015 a 2028         | Fiança da CPFL Energia e recebíveis       |
| FINAME   | TJLP + 3,29% a 3,39%               | 3.972          | 5.756          | 2018 a 2027         | Fiança da CPFL Energia                    |
| Empréstimos bancários                                | TJLP + 3,10%                       | (a) 3.838      | 5.069          | 2014 a 2023         | Fiança da CPFL Energia                    |
|  |                                    | <u>11.931</u>  | <u>18.220</u>  |                     |   |
| <b>IPCA</b>  |                                    |                |                |                     |   |
| FINEM  | IPCA + 4,80%                       | (a) 152.123    | 79.006         | 2020 a 2028         | Fiança da CPFL Energia e recebíveis       |
|  |                                    | <u>152.123</u> | <u>79.006</u>  |                     |   |
| <b>SELIC</b>   |                                    |                |                |                     |   |
| FINEM  | SELIC + 2,19%                      | 2.787          | 4.732          | 2015 a 2021         | Fiança da CPFL Energia                    |
| FINAME   | SELIC + 3,63%                      | 5              | 7              | 2015 a 2021         | Fiança da CPFL Energia                    |
|  |                                    | <u>2.792</u>   | <u>4.740</u>   |                     |   |
| <b>CDI</b>   |                                    |                |                |                     |   |
| Empréstimos bancários                                | CDI + 0,10% a 1,27%                | (a) 20.210     | 52.858         | 2012 a 2020         | Fiança da CPFL Energia                    |
|  |                                    | <u>20.210</u>  | <u>52.858</u>  |                     |   |
| <b>Cesta de moedas</b>                               |                                    |                |                |                     |   |
| Empréstimos bancários                                | Cesta de Moedas + de 1,99% a 2,10% | 1.694          | 2.152          | 2014 a 2023         | Fiança da CPFL Energia                    |
|  |                                    |                |                |                     |   |
| <b>Total ao custo</b>                                |                                    | <u>199.142</u> | <u>169.677</u> |                     |   |
| <b>Gastos com captação (*)</b>                       |                                    | (3.320)        | (2.328)        |                     |   |
| <b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b> |                                    |                |                |                     |   |
| <b>Dólar</b>   |                                    |                |                |                     |   |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131)                    | US\$ + de 1,96% a 3,52%            | 91.514         | 126.059        | 2019 a 2022         | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| <b>Euro</b>  |                                    |                |                |                     |   |
| Empréstimos bancários (Lei 4.131)                    | Euro + 0,96%                       | 95.989         | 94.365         | 2022                | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
| <b>Marcação a mercado</b>                            |                                    |                |                |                     |   |
|  |                                    | (1.153)        | (4.170)        |                     |   |
| <b>Total ao valor justo</b>                          |                                    | <u>186.350</u> | <u>216.254</u> |                     |   |
| <b>Total</b>   |                                    | <u>382.172</u> | <u>383.603</u> |                     |   |

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

**Taxa efetiva:**

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 1.153 (R\$ 4.170 em 31 de dezembro de 2018), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 960 (perda de R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 2.114 (R\$ 1.133 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

|                    |                |
|--------------------|----------------|
| 2021               | 73.257         |
| 2022               | 146.174        |
| 2023               | 21.020         |
| 2024               | 19.210         |
| 2025               | 17.472         |
| 2026 a 2028        | 46.074         |
| <b>Subtotal</b>    | <b>323.207</b> |
| Marcação a mercado | (968)          |
| <b>Total</b>       | <b>322.239</b> |

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

| Indexador | Variação acumulada % |      | % da dívida   |               |
|-----------|----------------------|------|---------------|---------------|
|           | 2019                 | 2018 | 31/12/2019    | 31/12/2018    |
| TJLP      | 6,30                 | 6,72 | 3,12          | 4,75          |
| IPCA      | 4,20                 | 3,69 | 39,80         | 20,60         |
| CDI       | 5,97                 | 6,40 | 54,05         | 70,15         |
| Outros    |                      |      | 3,02          | 4,50          |
|           |                      |      | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

### Adições no exercício:

| Modalidade               | Total aprovado | Montantes liberados |                                | Pagamento de juros | Amortização de Principal          | Destinação do recurso | Encargo financeiro anual | Taxa efetiva anual |
|--------------------------|----------------|---------------------|--------------------------------|--------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------|
|                          |                | em 2019             | Líquido dos gastos de captação |                    |                                   |                       |                          |                    |
| <b>Moeda nacional</b>    |                |                     |                                |                    |                                   |                       |                          |                    |
| IPCA - FINEM             | 174.954        | 70.000              | 68.686                         | Mensal             | Mensal a partir de abril de 2020  | Investimento          | IPCA + 4,80%             | IPCA + 5,53%       |
| <b>Moeda Estrangeira</b> |                |                     |                                |                    |                                   |                       |                          |                    |
| Dólar - Lei 4131         | 28.000         | 28.000              | 28.000                         | Semestral          | Parcela única em março de 2022    | Capital de Giro       | USD + 3,06%              | USD + 3,06%        |
| Dólar - Lei 4131         | 14.000         | 14.000              | 14.000                         | Semestral          | Parcela única em setembro de 2020 | Capital de Giro       | USD + 1,96%              | USD + 1,96%        |
|                          | <u>216.954</u> | <u>112.000</u>      | <u>110.686</u>                 |                    |                                   |                       |                          |                    |

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA

como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

## ( 16 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Modalidade                              | Saldo em 31/12/2017 | Captação       | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos  | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---------------------|----------------|-----------------------|--|-----------------|---------------------|
| <b>Mensurados ao Custo - Pós fixado</b> |                     |                |                       |  |                 |                     |
| CDI                                     | 32.635              | 190.000        | (32.500)              | 13.269   | (7.265)         | 196.139             |
| <b>Total ao custo</b>                   | <b>32.635</b>       | <b>190.000</b> | <b>(32.500)</b>       | <b>13.269</b>  | <b>(7.265)</b>  | <b>196.139</b>      |
| Gastos com captação (*)                 | (19)                | (264)          | -                     | 100  | -               | (183)               |
| <b>Total</b>                            | <b>32.616</b>       | <b>189.736</b> | <b>(32.500)</b>       | <b>13.369</b>  | <b>(7.265)</b>  | <b>195.956</b>      |
| Circulante                              | 32.616              |                |                       |  |                 | 6.139               |
| Não circulante                          | -                   |                |                       |  |                 | 189.817             |
| Modalidade                              | Saldo em 31/12/2018 | Captação       | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos  | Saldo em 31/12/2019 |
| <b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b> |                     |                |                       |  |                 |                     |
| CDI                                     | 196.139             | 190.000        | (190.000)             | 11.985   | (17.320)        | 190.804             |
| <b>Total ao custo</b>                   | <b>196.139</b>      | <b>190.000</b> | <b>(190.000)</b>      | <b>11.985</b>  | <b>(17.320)</b> | <b>190.804</b>      |
| Gastos com captação (*)                 | (183)               | (297)          | -                     | 218  | -               | (262)               |
| <b>Total</b>                            | <b>195.956</b>      | <b>189.703</b> | <b>(190.000)</b>      | <b>12.203</b>  | <b>(17.320)</b> | <b>190.542</b>      |
| Circulante                              | 6.139               |                |                       |  |                 | 804                 |
| Não circulante                          | 189.817             |                |                       |  |                 | 189.738             |

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade                              | Encargos financeiros anuais |     | 31/12/2019     | 31/12/2018     | Faixa de vencimento | Garantia               |
|---|-----------------------------|-----|----------------|----------------|---------------------|------------------------|
| <b>Mensurados ao custo - Pós fixado</b> |                             |     |                |                |                     |                        |
| CDI                                     | CDI + 0,48%                 | (a) | -              | 196.139        | 2021                | Fiança da CPFL Energia |
| CDI                                     | 107% do CDI                 | (b) | 190.804        | -              | 2024                | Fiança da CPFL Energia |
| <b>Total ao custo</b>                   |                             |     | <b>190.804</b> | <b>196.139</b> |                     |                        |
|   | Gastos com captação (*)     |     | (262)          | (183)          |                     |                        |
|   | <b>Total</b>                |     | <b>190.542</b> | <b>195.956</b> |                     |                        |

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

### Taxa efetiva:

(a) 106,3% do CDI

(b) 107,84% do CDI

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

**Ano de vencimento**

|              |                |
|--------------|----------------|
| 2023         | 94.869         |
| 2024         | 94.869         |
| <b>Total</b> | <b>189.738</b> |

**Adições no exercício:**

| Modalidade           | Emissão    | Quantidade emitida | Montantes liberados |                               | Pagamento de juros | Amortização principal                      | Encargo financeiro anual | Taxa efetiva anual | Destinação do recurso |
|----------------------|------------|--------------------|---------------------|-------------------------------|--------------------|--|--------------------------|--------------------|-----------------------|
|                      |            |                    | em 2019             | Líquido dos gastos de emissão |                    |  |                          |                    |                       |
| Moeda nacional - CDI |            |                    |                     |                               |                    |  |                          |                    |                       |
| Debentures           | 3ª emissão | 190.000            | 190.000             | 189.703                       | Semestral          | 2 parcelas anuais a partir de maio de 2023 | 107% do CDI              | 107,84% do CDI     | (a)                   |

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

**Pré-pagamento:**

No ano de 2019, foi liquidado antecipadamente R\$ 190.000 de debênture cujo vencimento original era em janeiro de 2021.

**Condições restritivas:**

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

**Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

**( 17 ) TAXAS REGULAMENTARES**

|                                       | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE | 137               | 128               |
| Bandeiras tarifárias e outros         | 10.102            | 5.933             |
| <b>Total</b>                          | <b>10.239</b>     | <b>6.061</b>      |

**Bandeiras tarifárias e outros:** refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

**( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

|   | <u>31/12/2019</u>    | <u>31/12/2018</u>    |
|---|----------------------|----------------------|
| <b><u>Circulante</u></b>                                      |                      |                      |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ                       | -                    | 421                  |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL              | -                    | 28                   |
| <b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>      | <u>-</u>             | <u>448</u>           |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS     | 23.312               | 21.477               |
| Programa de integração social - PIS                           | 706                  | 1.000                |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 3.282                | 4.615                |
| IRRF sobre juros sobre o capital próprio                      | 3.630                | -                    |
| Outros  | 2.155                | 1.754                |
| <b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>      | <u>33.084</u>        | <u>28.846</u>        |
| <b>Total Circulante</b>                                       | <u><u>33.084</u></u> | <u><u>29.294</u></u> |

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos dessas potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

**( 19 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

|  | <u>31/12/2019</u>   |                                | <u>31/12/2018</u>   |                                |
|--|---|--------------------------------|---|--------------------------------|
|  | <u>Provisões para<br/>riscos fiscais,<br/>cíveis e<br/>trabalhistas</u> | <u>Depósitos<br/>judiciais</u> | <u>Provisões para<br/>riscos fiscais,<br/>cíveis e<br/>trabalhistas</u> | <u>Depósitos<br/>judiciais</u> |
| <b>Trabalhistas</b>                    | 8.164   | 3.988                          | 4.494   | 3.500                          |
| <b>Cíveis</b>                          | 1.579   | 123                            | 2.052   | 337                            |
| <b>Fiscais</b>                         |   |                                |   |                                |
| Imposto de renda e contribuição social | -   | -                              | 2.906   | 459                            |
| Outras                                 | 8.942   | 17.941                         | 20.636  | 19.906                         |
|  | <u>8.942</u>  | <u>17.941</u>                  | <u>23.542</u>   | <u>20.364</u>                  |
| <b>Outros</b>                          | 550   | -                              | 1.220   | -                              |
| <b>Total</b>                           | <u><u>19.235</u></u>  | <u><u>22.052</u></u>           | <u><u>31.308</u></u>  | <u><u>24.201</u></u>           |

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

|              | <u>Saldo em<br/>31/12/2018</u> | <u>Adições</u>       | <u>Reversões</u>      | <u>Pagamentos</u>      | <u>Atualização<br/>monetária</u> | <u>Saldo em<br/>31/12/2019</u> |
|--------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| Trabalhistas | 4.494                          | 6.433                | (974)                 | (2.596)                | 806                              | 8.164                          |
| Cíveis       | 2.052                          | 2.993                | (882)                 | (2.925)                | 341                              | 1.579                          |
| Fiscais      | 23.542                         | 1.929                | (4.892)               | (13.187)               | 1.550                            | 8.942                          |
| Outros       | 1.220                          | 383                  | (137)                 | (967)                  | 51                               | 550                            |
| <b>Total</b> | <u><u>31.308</u></u>           | <u><u>11.738</u></u> | <u><u>(6.885)</u></u> | <u><u>(19.675)</u></u> | <u><u>2.749</u></u>              | <u><u>19.235</u></u>           |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos

riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a) **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

b) **Cíveis:**

**Danos pessoais:** refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

**Majoração tarifária:** corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

c) **Fiscais:**

**Imposto de renda:** refere-se a discussões com objetivo de afastar a cobrança do adicional de CSLL, nos moldes instituídos pelo art. 6º da MP nº 1.807/99 e posteriores reedições.

**Outros:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações da Companhia, relacionados basicamente a assuntos fiscais envolvendo CPMF e PIS e COFINS. Com relação ao PIS e COFINS, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar. Em 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 6.034.

d) **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

**Perdas possíveis:** a Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

|                  | <u>31/12/2019</u>     | <u>31/12/2018</u>     | <u>Principais causas</u>  |
|------------------|-----------------------|-----------------------|---|
| Trabalhistas     | 22.632                | 23.766                | Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras   |
| Cíveis           | 11.485                | 9.381                 | danos pessoais e majoração tarifária                                |
| Fiscais          | 147.457               | 141.984               | Imposto de renda e contribuição social (nota 18)                    |
| Fiscais - outros | 37.210                | 31.930                | INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS                                 |
| Regulatório      | 622                   | 702                   | Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira |
| <b>Total</b>     | <b><u>219.405</u></b> | <b><u>207.764</u></b> |   |

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467 de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## ( 20 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

|   | Circulante    |               | Não circulante |               |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
|   | 31/12/2019    | 31/12/2018    | 31/12/2019     | 31/12/2018    |
| Consumidores e concessionárias          | 3.778         | 3.422         | 132.607        | -             |
| Programa de eficiência energética - PEE | 9.812         | 6.821         | -              | 5.023         |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D        | 5.784         | 3.717         | 4.132          | 4.683         |
| EPE / FNDCT / PROCEL (*)                | 2.328         | 1.790         | -              | -             |
| Fundo de reversão                       | 185           | 185           | 3.209          | 3.395         |
| Adiantamentos                           | 298           | 295           | 20             | 39            |
| Descontos tarifários - CDE              | 804           | 4.040         | -              | -             |
| Juros sobre empréstimo compulsório      | 346           | 346           | -              | -             |
| Folha de pagamento                      | 570           | 553           | -              | -             |
| Participação nos lucros                 | 3.280         | 3.084         | 433            | 1.257         |
| Convênios de arrecadação                | 3.598         | 3.239         | -              | -             |
| Outros                                  | 1.853         | 2.438         | 19             | 16            |
| <b>Total</b>                            | <b>32.634</b> | <b>29.928</b> | <b>140.419</b> | <b>14.411</b> |

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** referem-se principalmente a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. O saldo não circulante em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao repasse do PIS e COFINS aos consumidores (nota 7).

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

**Fundo de reversão:** refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/17 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

**Adiantamentos:** referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

**Descontos tarifários – CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Juros sobre empréstimos compulsórios:** referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

**Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

**Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## ( 21 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

| Acionistas       | Quantidade de ações |                    |               |
|------------------|---------------------|--------------------|---------------|
|                  | Ordinárias          | Total              | %             |
| CPFL Energia S/A | 359.058.396         | 359.058.396        | 100,00        |
| <b>Total</b>     | <b>359.058.396</b>  | <b>359.058.396</b> | <b>100,00</b> |

## 21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,49 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## 21.2 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através da declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 22.541, e que tal valor corresponde ao total de juros sobre o capital próprio declarados na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

- juros sobre capital próprio no montante de R\$ 24.198 (R\$ 20.568 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,067392885 (R\$ 0,057283952 líquido de IRRF), referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2019.
- dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 3.473, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,009673682.

## 21.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 292.772, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 33.828; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 258.944.

## 21.4 Resultado abrangente acumulado

É composto por efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 1.926 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

## 21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

|  | <b>2019</b>    |
|--|----------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                          | <b>101.228</b> |
| Realização da reserva de correção monetária especial "CME" | 16             |
| <b>Lucro líquido base para destinação</b>                  | <b>101.244</b> |
| Reserva legal  | (5.061)        |
| Reserva estatutária - reforço de capital de giro           | (68.511)       |
| Juros sobre capital próprio                                | (24.198)       |
| Dividendo mínimo obrigatório                               | (3.473)        |

Para este exercício, considerando o atual cenário com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de

R\$ 68.511 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

## ( 22 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

|   | 2019          | 2018          |
|---|---------------|---------------|
| <b>Numerador</b>  |               |               |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores                      | 101.228       | 81.191        |
| <b>Denominador</b>  |               |               |
| Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias       | 359.058.396   | 359.058.396   |
| <b>Lucro líquido básico e diluído por lote mil ações ordinárias - R\$</b> | <b>281,93</b> | <b>226,12</b> |

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## ( 23 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

|  | Nº de Consumidores |                | GWh          |              | R\$ mil          |                  |
|--|--------------------|----------------|--------------|--------------|------------------|------------------|
|  | 2019               | 2018           | 2019         | 2018         | 2019             | 2018             |
| <b>Receita de operações com energia elétrica</b>   |                    |                |              |              |                  |                  |
| <b>Classe de consumidores</b>  |                    |                |              |              |                  |                  |
| Residencial  | 408.272            | 398.931        | 836          | 800          | 589.119          | 533.103          |
| Industrial   | 3.241              | 3.399          | 386          | 407          | 223.190          | 221.355          |
| Comercial  | 24.266             | 24.838         | 345          | 331          | 230.723          | 209.156          |
| Rural  | 24.647             | 24.533         | 296          | 284          | 129.271          | 114.664          |
| Poderes públicos   | 4.005              | 3.931          | 64           | 63           | 41.430           | 38.040           |
| Iluminação pública   | 492                | 508            | 126          | 119          | 50.035           | 45.667           |
| Serviço público  | 697                | 666            | 110          | 110          | 57.516           | 52.704           |
| <b>Fornecimento faturado</b>   | <b>465.620</b>     | <b>456.806</b> | <b>2.163</b> | <b>2.114</b> | <b>1.321.285</b> | <b>1.214.689</b> |
| Consumo próprio  | 113                | 111            | 2            | 2            | -                | -                |
| Fornecimento não faturado (líquido)  | -                  | -              | -            | -            | 1.326            | (57)             |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo | -                  | -              | -            | -            | (662.519)        | (571.348)        |
| <b>Fornecimento de energia elétrica</b>  | <b>465.733</b>     | <b>456.917</b> | <b>2.165</b> | <b>2.116</b> | <b>660.092</b>   | <b>643.284</b>   |
| Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas  |                    |                | 207          | 141          | 59.710           | 39.063           |
| (-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo |                    |                | -            | -            | (14.127)         | (11.189)         |
| Energia elétrica de curto prazo  |                    |                | 82           | 89           | 19.858           | 23.338           |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>  |                    |                | <b>290</b>   | <b>230</b>   | <b>65.441</b>    | <b>51.212</b>    |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo                           |                    |                |              |              | 676.645          | 582.537          |
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre                            |                    |                |              |              | 127.549          | 94.896           |
| (-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos                                     |                    |                |              |              | (2.161)          | (1.689)          |
| Receita de construção da infraestrutura de concessão   |                    |                |              |              | 161.103          | 114.669          |
| Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)   |                    |                |              |              | (27.876)         | 93.206           |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)   |                    |                |              |              | 1.191            | 1.019            |
| Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares         |                    |                |              |              | 78.699           | 80.935           |
| Outras receitas e rendas   |                    |                |              |              | 15.518           | 20.706           |
| <b>Outras receitas operacionais</b>  |                    |                |              |              | <b>1.030.668</b> | <b>986.277</b>   |
| <b>Total da receita operacional bruta</b>  |                    |                |              |              | <b>1.756.202</b> | <b>1.680.773</b> |
| <b>Deduções da receita operacional</b>   |                    |                |              |              |                  |                  |
| ICMS   |                    |                |              |              | (252.804)        | (232.248)        |
| PIS  |                    |                |              |              | (17.945)         | (25.789)         |
| COFINS   |                    |                |              |              | (82.656)         | (118.754)        |
| ISS  |                    |                |              |              | (5)              | (5)              |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE  |                    |                |              |              | (156.662)        | (170.920)        |
| Programa de P & D e eficiência energética  |                    |                |              |              | (10.586)         | (9.862)          |
| PROINFA  |                    |                |              |              | (5.942)          | (4.531)          |
| Bandeiras tarifárias e outros  |                    |                |              |              | (7.272)          | (11.941)         |
| Outros   |                    |                |              |              | (1.623)          | (1.557)          |
|  |                    |                |              |              | <b>(535.494)</b> | <b>(575.607)</b> |
| <b>Receita operacional líquida</b>   |                    |                |              |              | <b>1.220.707</b> | <b>1.105.165</b> |

### 23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Os valores constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais entre setembro de 2015 e fevereiro de 2017 somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

### **23.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III**

Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.522, que fixou o reajuste tarifário anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2019, em +13,70%, sendo +2,02% referentes ao reajuste tarifário econômico e +11,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores é de +13,31%.

Em 13 de março de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.376, que fixou o reajuste tarifário anual da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2018, em 5,71%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,30% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores das concessões originais são:

| <b>Empresa</b>                      | <b>Efeito médio percebido pelo consumidor</b> |
|-------------------------------------|---|
| Companhia Jaguari de Energia        | 21,15%  |
| Companhia Luz e Força Santa Cruz    | 5,32%   |
| Companhia Leste Paulista de Energia | 7,03%   |
| Companhia Sul Paulista de Energia   | 7,50%   |
| Companhia Luz e Força de Mococa     | 3,40%   |

### **23.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2019, foi registrada receita de R\$ 78.699 (R\$ 80.935 em 2018), sendo (i) R\$ 5.636 (R\$ 5.724 em 2018) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 69.774 (R\$ 72.469 em 2018) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida ao contas a receber – CDE e (iii) R\$ 3.289 de subvenção CCRBT (R\$ 2.742 em 2018).

### **23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)**

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

**( 24 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

|   | GWh          |              | R\$ mil        |                |
|---|--------------|--------------|----------------|----------------|
|   | 2019         | 2018         | 2019           | 2018           |
| <b><u>Energia comprada para revenda</u></b>   |              |              |                |                |
| Energia de Itaipu Binacional  | 530          | 504          | 134.479        | 120.929        |
| PROINFA   | 55           | 56           | 18.141         | 15.755         |
| Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo | 2.218        | 2.143        | 431.249        | 449.360        |
| Crédito de PIS e COFINS   | -            | -            | (52.079)       | (53.115)       |
| <b>Subtotal</b>   | <b>2.803</b> | <b>2.703</b> | <b>531.790</b> | <b>532.930</b> |
| <b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>                                  |              |              |                |                |
| Encargos da rede básica   |              |              | 146.973        | 131.501        |
| Encargos de transporte de itaipu  |              |              | 13.524         | 12.062         |
| Encargos de conexão   |              |              | 7.674          | 7.295          |
| Encargos de uso do sistema de distribuição  |              |              | 5.923          | 5.928          |
| Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)                                    |              |              | 2.086          | (7.613)        |
| Encargos de energia de reserva - EER  |              |              | 5.990          | 6.613          |
| Crédito de PIS e COFINS   |              |              | (16.851)       | (14.410)       |
| <b>Subtotal</b>   |              |              | <b>165.318</b> | <b>141.375</b> |
| <b>Total</b>  |              |              | <b>697.109</b> | <b>674.305</b> |

(\*) Conta de energia de reserva

## ( 25 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

|   | Custo de operação |               | Custo do serviço prestado a terceiros |                | Vendas        |               | Despesas Operacionais    |               |               |              | Total          |                |
|---|-------------------|---------------|---------------------------------------|----------------|---------------|---------------|--------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
|   | 2019              | 2018          | 2019                                  | 2018           | 2019          | 2018          | Gerais e administrativas |               | Outros        |              | 2019           | 2018           |
|   |                   |               |                                       |                |               |               | 2019                     | 2018          | 2019          | 2018         | 2019           | 2018           |
| Pessoal   | 39.973            | 40.683        | -                                     | -              | 5.056         | 5.685         | 12.293                   | 12.239        | -             | -            | 57.322         | 58.607         |
| Material  | 11.334            | 9.479         | 53                                    | 31             | 99            | 129           | 415                      | 834           | -             | -            | 11.901         | 10.473         |
| Serviços de terceiros   | 15.457            | 16.579        | 165                                   | 166            | 12.166        | 11.706        | 21.214                   | 23.695        | -             | -            | 49.002         | 52.146         |
| Custos com construção da infraestrutura                                   | -                 | -             | 161.103                               | 114.669        | -             | -             | -                        | -             | -             | -            | 161.103        | 114.669        |
| Outros  | 271               | (161)         | (1)                                   | -              | 5.570         | 4.878         | 12.329                   | 8.747         | 13.420        | 5.126        | 31.589         | 18.588         |
| Taxa de arrecadação   | -                 | -             | -                                     | -              | 5.296         | 4.765         | -                        | -             | -             | -            | 5.296          | 4.764          |
| Arrendamentos e aluguéis  | -                 | -             | -                                     | -              | -             | -             | 784                      | 723           | -             | -            | 784            | 723            |
| Publicidade e propaganda  | -                 | -             | -                                     | -              | -             | -             | 831                      | 1.042         | -             | -            | 831            | 1.042          |
| Legais, judiciais e indenizações  | -                 | -             | -                                     | -              | -             | -             | 9.279                    | 5.220         | -             | -            | 9.279          | 5.220          |
| Doações, contribuições e subvenções                                       | -                 | -             | -                                     | -              | -             | -             | 221                      | 241           | -             | -            | 221            | 241            |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | -                 | -             | -                                     | -              | -             | -             | -                        | -             | 13.119        | 5.129        | 13.119         | 5.128          |
| Outros  | 271               | (161)         | (1)                                   | -              | 274           | 113           | 1.214                    | 1.521         | 301           | (3)          | 2.059          | 1.470          |
| <b>Total</b>  | <b>67.034</b>     | <b>66.579</b> | <b>161.321</b>                        | <b>114.866</b> | <b>22.890</b> | <b>22.398</b> | <b>46.251</b>            | <b>45.515</b> | <b>13.420</b> | <b>5.126</b> | <b>310.916</b> | <b>254.484</b> |

**( 26 ) RESULTADO FINANCEIRO**

|  | 2019            | 2018            |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas</b>                                    |                 |                 |
| Rendas de aplicações financeiras                   | 3.499           | 3.618           |
| Acréscimos e multas moratórias                     | 14.314          | 13.798          |
| Atualização de créditos fiscais                    | 4.900           | 11              |
| Atualização de depósitos judiciais                 | 799             | 1.035           |
| Atualizações monetárias e cambiais                 | 2.197           | 3.737           |
| Deságio na aquisição de crédito de ICMS            | 490             | 627             |
| Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8) | 5.468           | 3.707           |
| PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras   | (1.805)         | (1.553)         |
| Outros   | 2.468           | 1.621           |
| <b>Total</b>                                       | <b>32.330</b>   | <b>26.601</b>   |
| <b>Despesas</b>                                    |                 |                 |
| Encargos de dívidas                                | (25.556)        | (24.084)        |
| Atualizações monetárias e cambiais                 | (12.331)        | (14.720)        |
| (-) Juros capitalizados                            | 1.123           | 1.220           |
| Outros   | (6.123)         | (3.031)         |
| <b>Total</b>                                       | <b>(42.887)</b> | <b>(40.616)</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                        | <b>(10.556)</b> | <b>(14.015)</b> |

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 e 2018 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais da despesa contempla os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 2.234 no exercício de 2019 (R\$ 1.982 no exercício de 2018) (nota 30).

**( 27 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

**As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:**

- a) Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.812 (R\$ 3.403 em 2018). Este valor é composto por R\$ 2.522 (R\$ 2.644 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 83 (R\$ 84 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 207 (R\$ 675 em 2018) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, são como seguem:**

| <b>Empresas</b>   | <b>Passivo</b>    | <b>Despesa/custo</b> |             |
|---|-------------------|----------------------|-------------|
|   | <b>31/12/2019</b> | <b>2019</b>          | <b>2018</b> |
| <b>Encargos - Rede básica</b>   |                   |                      |             |
| Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) | 173               | 10.646               | 7.420       |

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

| Empresas  | Ativo      |            | Passivo    |            | Receita |       | Despesa/custo |        |
|---|------------|------------|------------|------------|---------|-------|---------------|--------|
|   | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 2019    | 2018  | 2019          | 2018   |
| <b>Alocação de despesas entre empresas</b>                            |            |            |            |            |         |       |               |        |
| Companhia Paulista de Força e Luz                                     | 169        | 282        | 586        | 794        | -       | -     | 4.978         | 3.802  |
| Companhia Piratininga de Força e Luz                                  | 69         | 128        | 424        | 742        | -       | -     | 4.046         | 3.742  |
| Rio Grande Energia S.A. (*)   | -          | -          | -          | -          | -       | -     | -             | 172    |
| RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.                                 | 59         | 226        | 42         | 157        | -       | -     | (290)         | (12)   |
| CPFL Energia S.A.   | 1          | 4          | -          | -          | -       | -     | (16)          | (24)   |
| CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.                | -          | 3          | -          | -          | -       | -     | -             | -      |
| CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.                             | -          | -          | -          | -          | -       | -     | (17)          | (14)   |
| <b>Arrendamento e aluguel</b>   |            |            |            |            |         |       |               |        |
| Companhia Paulista de Força e Luz                                     | -          | -          | -          | -          | -       | -     | 93            | 35     |
| CPFL C Geradoras Ltda.  | -          | -          | -          | -          | 2       | 1     | -             | -      |
| CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.                    | -          | 9          | -          | -          | 142     | 114   | -             | -      |
| CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.                             | -          | -          | -          | -          | 52      | 51    | -             | -      |
| <b>Contrato de Mútuo</b>  |            |            |            |            |         |       |               |        |
| CPFL Geração de Energia S.A.  | -          | -          | -          | -          | -       | -     | -             | 472    |
| CPFL Energia S.A.   | -          | -          | -          | -          | -       | -     | -             | 172    |
| <b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>                       |            |            |            |            |         |       |               |        |
| CPFL Energia S.A.   | -          | -          | 43.201     | 19.160     | -       | -     | -             | -      |
| <b>Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço</b> |            |            |            |            |         |       |               |        |
| Companhia Paulista de Força e Luz                                     | -          | -          | 17         | -          | -       | -     | -             | -      |
| CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)           | 414        | 1.357      | 3.018      | 938        | -       | 5     | 12.384        | 10.384 |
| CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.                    | 55         | 19         | 234        | 208        | -       | -     | 2.624         | 2.470  |
| Nect Serviços Administrativos Ltda.                                   | -          | -          | 96         | 54         | -       | -     | 4.282         | 5.347  |
| TI Nect Serviços de Informática Ltda.                                 | -          | -          | 77         | 712        | -       | -     | 2.728         | 6.476  |
| Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.               | -          | -          | 62         | -          | -       | -     | 190           | -      |
| Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.                       | -          | -          | 135        | -          | -       | -     | 399           | -      |
| Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.       | -          | -          | 152        | -          | -       | -     | 426           | -      |
| <b>Compra e venda de energia e encargos</b>                           |            |            |            |            |         |       |               |        |
| CPFL Comercialização Brasil S.A.                                      | -          | -          | -          | 13         | -       | -     | -             | 162    |
| CPFL Geração de Energia S.A.  | -          | -          | 6          | 5          | 1.326   | 1.144 | 67            | 13     |
| Paulista Lajeado Energia S.A.   | -          | -          | 1.936      | 3.066      | -       | -     | 32.664        | 31.290 |
| Centrais Elétricas da Paraíba S.A.                                    | -          | -          | 40         | 70         | -       | -     | 475           | 857    |
| CPFL Centrais Geradoras Ltda.   | -          | 2          | -          | -          | 111     | 133   | -             | -      |
| BAESA-Energética Barra Grande S.A.                                    | -          | -          | 6          | 5          | -       | -     | 69            | 66     |
| CERAN-Companhia Energética Rio das Antas                              | -          | -          | 19         | 19         | -       | -     | 229           | 222    |
| Foz do Chapecó Energia S.A.   | -          | -          | 31         | 24         | -       | -     | 286           | 277    |
| CPFL Renováveis - Consolidado   | -          | 127        | 77         | -          | -       | -     | 1.268         | 68     |
| CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.                    | 7          | 7          | -          | -          | -       | -     | -             | -      |
| CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.                             | 20         | 14         | -          | -          | -       | -     | -             | -      |
| CPFL Transmissão Piracicaba S.A.                                      | -          | -          | -          | -          | -       | -     | 9             | 9      |
| CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.                                     | -          | -          | -          | -          | -       | -     | 9             | 7      |
| <b>Outras operações financeiras</b>                                   |            |            |            |            |         |       |               |        |
| Nect Serviços Administrativos Ltda.                                   | -          | -          | -          | -          | 1       | -     | -             | -      |
| <b>Outros</b>   |            |            |            |            |         |       |               |        |
| Instituto CPFL  | -          | -          | -          | -          | -       | -     | 593           | 241    |

(\*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidoras de Energia em 31/12/2018.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 35.936 no exercício de 2019 (R\$ 28.515 em 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 28 ) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

| <u>Descrição</u>                           | <u>Ramo da apólice</u>                              | <u>31/12/2019</u> |
|--|---|-------------------|
| Ativo financeiro da concessão / Intangível | Riscos Nomeados                                     | 92.000            |
| Transporte                                 | Transporte nacional                                 | 37.439            |
| Responsabilidade civil                     | Geral e Riscos Ambientais                           | 35.000            |
| Pessoas                                    | Vidas em grupo e acidentes pessoais                 | 45.093            |
| Garantia                                   | Seguro Garantia                                     | 48.965            |
| Outros                                     | Responsabilidade civil dos administradores e outros | 203.000           |
| <b>Total</b>                               |   | <b>461.497</b>    |

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## **( 29 ) GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## ( 30 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

|  | Nota<br>Explicativa | Categoria<br>Mensuração | Nível(*)      | 31/12/2019     |                |
|--|---------------------|-------------------------|---------------|----------------|----------------|
|  |                     |                         |               | Contábil       | Valor Justo    |
| <b>Ativo</b>   |                     |                         |               |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                            | 5                   | (a)                     | Nível 2       | 56.974         | 56.974         |
| Derivativos  | 30                  | (a)                     | Nível 2       | 4.558          | 4.558          |
| Ativo financeiro da concessão                            | 10                  | (a)                     | Nível 3       | 42.241         | 42.241         |
| <b>Total</b>   |                     |                         |               | <b>103.773</b> | <b>103.773</b> |
| <b>Passivo</b>   |                     |                         |               |                |                |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos      | 15                  | (b)                     | Nível 2 (***) | 195.822        | 188.564        |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**) | 15                  | (a)                     | Nível 2       | 186.350        | 186.350        |
| Debêntures - principal e encargos                        | 16                  | (b)                     | Nível 2 (***) | 190.542        | 186.638        |
| Derivativos  | 30                  | (a)                     | Nível 2       | 6.659          | 6.659          |
| <b>Total</b>   |                     |                         |               | <b>579.373</b> | <b>568.211</b> |

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de 2019 de perda de R\$ 3.017 (um ganho de R\$ 4.747 em 2018).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

### Legenda

#### Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) serviços prestados a terceiros; (iv) convênios de arrecadação e (v) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2019 de R\$ 1.213 (R\$ 1.019 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

## b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

| Estratégia   | Valores de mercado (contábil) |                | Valores a custo, líquidos | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador<br>dívida | Moeda / indexador swap  | Faixa de vencimento     | Nocional        |         |
|--|-------------------------------|----------------|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------|---------|
|  | Ativo                         | Passivo        |                           |                                     |                             |                         |                         |                 |         |
| <b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b> |                               |                |                           |                                     |                             |                         |                         |                 |         |
| <b>Hedge variação cambial</b>                                      |                               |                |                           |                                     |                             |                         |                         |                 |         |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131                                  | 4.558                         | (622)          | 3.936                     | 3.122                               | 813                         | US\$ + de 1,96% a 3,53% | 103,2% a 105,75% do CDI | jul/19 a jul/21 | 87.000  |
| Empréstimos bancários - Lei 4.131                                  | -                             | (6.037)        | (6.037)                   | (6.184)                             | 147                         | EUR + 0,96%             | 104,3% do CDI           | mar/22          | 102.000 |
| <b>Total</b>   | <b>4.558</b>                  | <b>(6.659)</b> | <b>(2.101)</b>            | <b>(3.062)</b>                      | <b>960</b>                  |                         |                         |                 |         |
| <b>Circulante</b>  | -                             | (622)          |                           |                                     |                             |                         |                         |                 |         |
| <b>Não circulante</b>  | 4.558                         | (6.037)        |                           |                                     |                             |                         |                         |                 |         |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

|                                       | Saldo em<br>31/12/2017 | Atualização<br>monetária e<br>cambial e<br>marcação a<br>mercado | Liquidação   | Saldo em<br>31/12/2018 |
|---------------------------------------|------------------------|--|--------------|------------------------|
| <b>Derivativos</b>                    |                        |  |              |                        |
| Para dívidas designadas a valor justo | (1.327)                | 1.348  | 3.921        | 3.942                  |
| Marcação a mercado (*)                | 160                    | (3.197)  | -            | (3.037)                |
| <b>Total</b>                          | <b>(1.167)</b>         | <b>(1.849)</b>   | <b>3.921</b> | <b>905</b>             |

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos é perda de R\$ 3.197 para as dívidas designadas a valor justo.

|                                       | Saldo em<br>31/12/2018 | Atualização<br>monetária e<br>cambial e<br>marcação a<br>mercado | Liquidação   | Saldo em<br>31/12/2019 |
|---------------------------------------|------------------------|--|--------------|------------------------|
| <b>Derivativos</b>                    |                        |  |              |                        |
| Para dívidas designadas a valor justo | 3.942                  | (6.271)  | (733)        | (3.062)                |
| Marcação a mercado (*)                | (3.037)                | 3.997  | -            | 960                    |
| <b>Total</b>                          | <b>905</b>             | <b>(2.274)</b>   | <b>(733)</b> | <b>(2.101)</b>         |

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado |                | Ganho (Perda) no resultado abrangente |                |
|----------------------------|----------------------------|----------------|---------------------------------------|----------------|
|                            | 2019                       | 2018           | 2019                                  | 2018           |
| Variação cambial           | (6.271)                    | 1.348          | -                                     | -              |
| Marcação a mercado         | 4.037                      | (3.330)        | (40)                                  | 133            |
| <b>Total</b>               | <b>(2.234)</b>             | <b>(1.982)</b> | <b>(40)</b>                           | <b>(1.010)</b> |

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

| <b>Receita (despesa) no resultado</b>            |                      |              |                                |  |  |
|--|----------------------|--------------|--------------------------------|--|--|
| <b>Instrumentos</b>                              | <b>Exposição (a)</b> | <b>Risco</b> | <b>Depreciação cambial (b)</b> | <b>Apreciação/ Depreciação cambial de 25%(c)</b> | <b>Apreciação/ Depreciação cambial de 50%(c)</b> |
| Instrumentos financeiros passivos                | (93.463)             |              | (1.959)                        | (25.815)   | (49.671)   |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>          | 92.834               |              | 1.946                          | 25.641   | 49.336   |
|  | <b>(629)</b>         | alta dólar   | <b>(13)</b>                    | <b>(174)</b>                                     | <b>(335)</b>                                     |
| Instrumentos financeiros passivos                | (94.580)             |              | (3.927)                        | 20.700   | 45.327   |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>          | 96.329               |              | 3.999                          | (21.083)   | (46.165)   |
|  | <b>1.749</b>         | baixa euro   | <b>72</b>                      | <b>(383)</b>                                     | <b>(838)</b>                                     |
| <b>Total</b>                                     | <b>1.120</b>         |              | <b>59</b>                      | <b>(557)</b>                                     | <b>(1.173)</b>                                   |
| <b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b> |                      |              | <b>95</b>                      | <b>(89)</b>                                      | <b>(272)</b>                                     |
| <b>Efeitos no resultado do exercício</b>         |                      |              | <b>(36)</b>                    | <b>(468)</b>                                     | <b>(901)</b>                                     |

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,12 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um passivo, e do euro ser um ativo, o risco é alta do dólar, e baixa do euro, portanto o câmbio é apreciado para o euro e depreciado para o dólar em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| <b>Consolidado</b>                               |                      |              |                          |                                  |                         |  |  |
|--|----------------------|--------------|--------------------------|----------------------------------|-------------------------|--|--|
| <b>Receita (despesa) no resultado</b>            |                      |              |                          |                                  |                         |  |  |
| <b>Instrumentos</b>                              | <b>Exposição (a)</b> | <b>Risco</b> | <b>taxa no exercício</b> | <b>taxa Cenário provável (a)</b> | <b>Cenário provável</b> | <b>Elevação/Redução de índice em 25% (b)</b> | <b>Elevação/Redução de índice em 50% (b)</b> |
| Instrumentos financeiros ativos                  | 44.567               |              |                          |                                  | 2.023                   | 2.529  | 3.035  |
| Instrumentos financeiros passivos                | (211.015)            |              |                          |                                  | (9.580)                 | (11.975)                                     | (14.370)                                     |
| Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>          | (191.265)            |              |                          |                                  | (8.683)                 | (10.854)                                     | (13.025)                                     |
|  | <b>(357.713)</b>     | alta CDI     | <b>5,97%</b>             | <b>4,54%</b>                     | <b>(16.240)</b>         | <b>(20.300)</b>                              | <b>(24.360)</b>                              |
| Instrumentos financeiros passivos                | (11.931)             |              |                          |                                  | (607)                   | (759)  | (911)  |
|  | <b>(11.931)</b>      | alta TJLP    | <b>6,30%</b>             | <b>5,09%</b>                     | <b>(607)</b>            | <b>(759)</b>                                 | <b>(911)</b>                                 |
| Instrumentos financeiros passivos                | (152.123)            |              |                          |                                  | (6.952)                 | (8.690)                                      | (10.428)                                     |
| Ativo financeiro da concessão                    | 42.241               |              |                          |                                  | 1.930                   | 2.413  | 2.896  |
|  | <b>(109.882)</b>     | alta IPCA    | <b>4,20%</b>             | <b>4,57%</b>                     | <b>(5.022)</b>          | <b>(6.277)</b>                               | <b>(7.532)</b>                               |
| Ativos e passivos financeiros setoriais          | 51.481               |              |                          |                                  | 2.348                   | 1.761  | 1.174  |
| Instrumentos financeiros passivos                | (2.792)              |              |                          |                                  | (127)                   | (95)   | (64)   |
|  | <b>48.689</b>        | baixa SELIC  | <b>5,97%</b>             | <b>4,56%</b>                     | <b>2.221</b>            | <b>1.666</b>                                 | <b>1.110</b>                                 |
| <b>Total</b>                                     | <b>(430.837)</b>     |              |                          |                                  | <b>(19.648)</b>         | <b>(25.670)</b>                              | <b>(31.693)</b>                              |
| <b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b> |                      |              |                          |                                  | <b>5</b>                | <b>6</b>                                     | <b>7</b>                                     |
| <b>Efeitos no resultado do exercício</b>         |                      |              |                          |                                  | <b>(19.653)</b>         | <b>(25.676)</b>                              | <b>(31.700)</b>                              |

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 761.

#### e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

| <b>Classe</b>                             | <b>Dias</b> | <b>Período</b>                              |
|---|-------------|---|
| Residencial                               | 90          | Receita de 3 meses anteriores ao mês atual  |
| Comercial e outras receitas               | 180         | Receita de 6 meses anteriores ao mês atual  |
| Industrial, rural, poder público em geral | 360         | Receita de 12 meses anteriores ao mês atual |
| Não faturado                              | -           | Utiliza receita do próprio mês              |

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham

um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

| 31/12/2019  | Nota explicativa | Menos de 1 mês | 1-3 meses     | 3 meses a 1 ano | 1-3 anos       | 4-5 anos       | Mais de 5 anos | Total          |
|---|------------------|----------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Fornecedores  | 14               | 123.220        | 7.348         | -               | -              | -              | -              | 130.569        |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos | 15               | 3.457          | 7.232         | 64.781          | 240.975        | 50.302         | 71.418         | 438.165        |
| Derivativos   | 30               | -              | 1.695         | 2.165           | 9.452          | -              | -              | 13.312         |
| Debêntures - principal e encargos                   | 16               | -              | -             | 8.561           | 22.926         | 205.939        | -              | 237.426        |
| Taxas regulamentares                                | 17               | 10.239         | -             | -               | -              | -              | -              | 10.239         |
| Outros  | 20               | 1.607          | 6.009         | 2.272           | 369            | 369            | 135.078        | 145.705        |
| Consumidores e concessionárias                      |                  | 1.592          | 2.186         | -               | -              | -              | 132.607        | 136.385        |
| EPE / FNDCT / PROCEL                                |                  | -              | 194           | 2.134           | -              | -              | -              | 2.328          |
| Convênio de arrecadação                             |                  | -              | 3.598         | -               | -              | -              | -              | 3.598          |
| Fundo de reversão                                   |                  | 15             | 31            | 138             | 369            | 369            | 2.471          | 3.394          |
| <b>Total</b>  |                  | <b>138.523</b> | <b>22.284</b> | <b>77.779</b>   | <b>273.722</b> | <b>256.610</b> | <b>206.496</b> | <b>975.416</b> |

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

#### ( 31 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2019, um valor de R\$ 1.123 (R\$ 1.220 em 2018) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

#### ( 32 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

| Obrigações contratuais em 31/12/2019                     | Duração     | Menos de 1 ano | 1-3 anos         | 4-5 anos         | Mais de 5 anos    | Total             |
|--|-------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Arrendamentos e aluguéis                                 | até 5 anos  | 404            | 583              | 428              | -                 | 1.415             |
| Compra de energia (exceto Itaipu)                        | até 25 anos | 273.816        | 565.685          | 611.157          | 7.466.797         | 8.917.455         |
| Compra de energia de Itaipu                              | até 25 anos | 138.540        | 275.549          | 304.911          | 5.271.793         | 5.990.793         |
| Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão | até 26 anos | 188.697        | 469.199          | 580.067          | 9.110.435         | 10.348.398        |
| Projetos de construção de usina                          | até 1 ano   | 32.107         | -                | -                | -                 | 32.107            |
| <b>Total</b>   |             | <b>633.564</b> | <b>1.311.016</b> | <b>1.496.563</b> | <b>21.849.025</b> | <b>25.290.168</b> |

#### ( 33 ) EVENTO SUBSEQUENTE

##### Empréstimos e Financiamentos:

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia captou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

| <b>Modalidade</b>        | <b>Liberado até fevereiro 2020</b> | <b>Pagamento de juros</b> | <b>Amortização de Principal</b>     | <b>Destinação do recurso</b> | <b>Encargo financeiro anual</b> | <b>Taxa efetiva anual</b> | <b>Taxa efetiva com derivativos</b> | <b>Cláusula restritiva - covenant financeiro</b> |
|--------------------------|------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|--|
| <b>Moeda Estrangeira</b> |                                    |                           |                                     |                              |                                 |                           |                                     |  |
| Dólar - Lei 4131         | 108.000                            | Semestral                 | Anual a partir de fevereiro de 2023 | Capital de Giro              | USD + 2,07%                     | USD + 2,07%               | CDI + 0,80%                         | (*)  |

(\*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

**CARLOS ZAMBONI NETO**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**THIAGO FREIRE GUTH**  
Diretor de Operações

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Jaguari de Energia**  
*Campinas - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Jaguari de Energia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto

de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada  |  |
|---|--|
| Veja as notas explicativas 3.9 e 23 às demonstrações financeiras  |  |
| Principais assuntos de auditoria  | Como auditoria endereçou esse assunto  |
| <p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p> | <p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p> |

#### Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0